



SERVIÇO SOCIAL E A DISCUSSÃO DE GÊNERO: Algumas aproximações

BORGES, Maria Alice Pereira

RESUMO: A presente discussão propõe realizar uma aproximação com o debate existente sobre a apropriação da temática de gênero no Serviço Social. Parte-se da compreensão da importância desta abordagem, ao problematizar as implicações de sua dinâmica sobre o trabalho do/a Assistente Social, de forma a avançar na discussão da renovação, do reconhecimento e da afirmação da profissão na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Gênero; Exercício Profissional.

1 INTRODUÇÃO

A partir de trabalho realizado na disciplina *Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social: tópicos especiais em direitos sociais*¹, ao suscitar a importância de olhar para a questão de gênero no Serviço Social, teve-se a necessidade de aproximar do debate existente no campo profissional em que diferentes espaços, autores, profissionais, entidades e eventos têm sido requisitados a problematizar as inquietações sobre a questão de gênero no âmbito do exercício profissional.

Como sinaliza Almeida, Lole (2014, p.80) “a primeira lição que aprendemos nos estudos de gênero é que este é um campo de intensos debates, calorosas discussões e com perspectivas teóricas e filosóficas bastante variadas. Então, aquilo que para um público ‘externo’ parece unitário é, de fato, extremamente diversificado.”

2 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social brasileiro, desde sua criação, tem promovido o debate a respeito da formação e do exercício profissional, o que implica acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica da profissão (OLIVEIRA, 2004).

¹ Ministrada no semestre de 2016/1, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, pela professora Dra Luciana Patrícia Zucco.



Ao trazer a importância da discussão de gênero para este debate, Cisne (2004), ressalta a marca histórica que a profissão carrega, seja por sua característica “feminização”, seja pelo trabalho que realiza tendo como palco as relações sociais, em que o gênero compõe uma das principais dimensões. A autora situa a necessidade observamos as especificidades da “feminização” da profissão, considerando o enfrentamento das marcas de subalternidade e desprestígio social atribuídos historicamente as profissões exercidas em sua maioria por mulheres. Tal subalternidade profissional, quando comparada com outras profissões, ganha forma ao observarmos a “baixa qualificação e baixos salários, descrevendo, em certa medida, a realidade de mulheres que estão inseridas em uma profissão feminina” (VELOSO, 2001, p.74 apud CISNE, 2004, p.20). Portanto, sob esta perspectiva, tratar da relação de gênero e Serviço Social

implica em problematizar a ‘feminização’ da profissão, a concepção de gênero das(os) assistentes sociais e sua relação com a profissão. Trata-se de perceber como os sujeitos profissionais atribuem significados às relações de gênero e de que maneira dão sentido à sua prática profissional, tentando perceber a dimensão política dada à profissão. (CISNE, 2004, p. 20).

Problematizar as implicações desta dinâmica sobre o trabalho do/a Assistente Social, torna-se central para avançar na renovação, no reconhecimento e na afirmação da profissão.

Ao resgatar as bases que deram sustentação a criação da profissão², trazendo como marca o conservadorismo relacionado intrinsecamente com o humanismo cristão e sua ideologia sobre o feminino, a autora sinaliza como característica deste momento:

uma reprodução da cultura de subordinação da mulher e de uma gama variada de preconceitos, por meio da prática profissional. Esta ideologia contribuiu significativamente para

² A partir de Oliveira (2004), resumidamente, observamos diferentes períodos associados a constituição da profissão: a década de trinta, configurando o momento de criação da primeira escola de Serviço Social, caracterizado pela adoção do modelo franco-belga sob a influência do pensamento europeu, centrado na perspectiva conservadora; a partir de 1945, a adoção do modelo norte-americano centrado na instrumentalização técnica e importando os métodos de Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade; as décadas de 1950 e 1960, marcadas pela intensificação da abordagem técnica da profissão inerente ao modelo desenvolvimentista; a partir de 1960, a crítica ao Serviço Social tradicional, a visibilidade das lutas das classes populares marcadas pelo agravamento das desigualdades sociais e pelo movimento de renovação da profissão, o chamado Movimento de Reconceitualização, com base no reconhecimento da dimensão política da profissão; a década de 1970, sobretudo com a influência da perspectiva marxista, inicialmente representada pela vertente do estruturalismo e em seguida pelo pensamento gramsciano, assumindo sobre o Movimento de Reconceitualização a perspectiva dialética, promovendo a discussão sobre um novo projeto de formação profissional comprometido com os interesses populares; as décadas de 1980 e 1990, caracterizadas por repensar o Serviço Social frente às novas demandas da sociedade, culminando com a implantação de um novo currículo e a consequente revisão curricular da graduação, mediatizados pela expansão da pós-graduação, afirmando o processo de formação como fundamental para o debate a cerca da profissão.



o estabelecimento da vertente positivista e, conseqüentemente, dos objetivos que trazia em seu bojo para a manutenção da 'ordem' societária. (CISNE, 2004, p. 17).

Simões (2012), ao abordar a importância da religião na formação profissional em Serviço Social, evidencia como a religião é ao mesmo tempo super e subdimensionada:

No primeiro caso, a impressão que se tem do processo de surgimento das Escolas é a de uma exclusividade de iniciativas religiosas no período, criando uma forte identidade entre religião (católica) e Serviço Social na gênese da formação profissional no Brasil. Com isso, subdimensiona-se o importante papel que o Estado desempenhou nesse processo. Por outro lado, ressalta-se pouco (e, por isso, também se subdimensiona) a importância que a religião, incluindo as iniciativas cristãs (católica e protestante) e não cristãs, tiveram no surgimento do Serviço Social não só no Brasil, mas em todo mundo. (SIMÕES, 2005 apud SIMÕES, 2012, p. 30).

Tal assimilação repercutiu e continua repercutindo de diferentes formas entre as/os profissionais e no exercício profissional, ao considerarmos que “[...] são as opções políticas, as concepções e identidade de gênero, classe, raça/etnia e geração das(os) profissionais que irão direcionar política e culturalmente a profissão” (CISNE, 2004, p. 19). A predominância feminina na profissão e mesmo os reconhecidos avanços conquistados não asseguraram automaticamente que tenhamos claro a assimilação das ideias do movimento feminista e os avanços da discussão de gênero:

Pensar a profissão levando-se em conta a presença esmagadora das mulheres em seu interior é de suma importância para o entendimento do serviço social. No entanto, a questão não se esgota aí. É necessário ir além. É necessário perceber o que está por trás da configuração deste quadro majoritariamente feminino. É necessário perceber a lógica que rege tal configuração. É imprescindível atentar para o fato de que o gênero estrutura este quadro. É necessário perceber o serviço social não apenas a partir das mulheres, tomadas como categoria empírica, mas também a partir das relações de gênero (VELOSO, 2001, p.71 apud CISNE, 2004, p. 18).

Nesta ótica, a autora vai trazer a discussão sobre a necessidade de que o Serviço Social pautar sua agenda na consciência de gênero para que ocorra um processo de renovação da profissão, tendo em vista todas as implicações sofridas em torno da sua “feminização”. Para tanto, torna-se urgente fazer esta problematização, considerando a escassez de produções sobre a temática e a necessidade de enfrentamento das tendências conservadoras. (CISNE, 2004).

Simões e Zucco (2010), objetivando identificar igualdades e desigualdades entre assistentes sociais homens e mulheres no mercado de trabalho, a partir de dados das Pesquisas Nacionais de Amostra Domiciliar – PNADs de 2001 a 2007, evidenciam a “regularidade com que a profissão incorpora profissionais femininos em seus quadros” (SIMÕES, ZUCCO, 2010, p. 28), estando entre as cinco profissões mais com mais mulheres no país desde o censo de 1970 (BELTRÃO, TEIXEIRA, 2004 apud SIMÕES, ZUCCO,



2010). O estudo ainda revela que este padrão se mantém na atualidade, ao identificar que o este percentual de mulheres e homens em turmas de universidades cariocas dos anos de 1999 e 2006, se mantém, correspondendo a um percentual acima de 90% de mulheres.

As implicações desta leitura sobre a constituição do Serviço Social, o perfil das/os profissionais, nos dão pistas relevantes sobre sua constituição e desenvolvimento, enquanto parte dos processos historicamente presentes no interior da profissão que repercutem inevitavelmente no que fazemos e como fazemos.

2.1 GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: algumas aproximações

Ao realizar a discussão sobre os feminismos, a pesquisa e a produção do conhecimento em Serviço Social, Lisboa (2010; 2015) reafirma o fato das mulheres representarem 95% da categoria profissional, além da/o assistente social ter como sujeitos de atenção no cotidiano profissional majoritariamente mulheres. A partir de tal constatação, a autora, faz questionamentos sobre a condição das mulheres com as quais as/os profissionais de Serviço Social atuam e sobre as condições de trabalho das próprias assistentes sociais, considerando as desigualdades enfrentadas no espaço profissional e no espaço doméstico.

Na publicação de 2010, a autora explicita um desencontro entre Serviço Social e as questões de gênero, que na sua concepção “contribuiu para consolidar um estatuto acadêmico e uma administração do saber que reproduz a questão de gênero e legitima a dominação masculina” (LISBOA, 2010, p. 67). Tal saber, então pautado em um modelo eurocêntrico e androcêntrico, é questionado pelos estudos feministas que fazem esta oposição, a partir de teorias críticas contemporâneas e da interdisciplinaridade.

A partir desta leitura sobre a relação entre Serviço Social e a questão de gênero, Lisboa (2010) sinaliza três pontos que estariam na raiz deste submetimento. No primeiro ponto, remetendo aos estatutos acadêmicos historicamente assumidos pela profissão, a autora explicita três momentos em que a profissão se alinhou a diferentes perspectivas de leitura sobre a realidade, trazendo particularidades a sua constituição. O primeiro momento aponta para os princípios da doutrina social da Igreja, que historicamente demarcou na profissão que o papel destinado as mulheres pela sociedade era “o cuidado, a tutela, a ajuda, que por sua vez requerem abnegação, entrega de si, ser para os outros, enfim ‘naturalizando’ a responsabilidade da profissão como uma carreira destinada



majoritariamente a mulheres” (LISBOA, 2010, p. 67). O segundo momento aponta para a adoção do discurso funcionalista positivista, com o objetivo de afastar a influência religiosa do período anterior, partindo de uma pretensa visão de neutralidade científica na busca da verdade, calcada em técnicas, tendo-se a prevalência de teorias (eurocêtricas) externas a realidade brasileira. E, no terceiro momento, a partir do chamado Movimento de Reconceitualização, que se por um lado, trouxe o avanço de focar a análise sobre a realidade brasileira, por outro, a fragilidade apontada pela autora está na adoção da teoria marxista numa perspectiva homogeneizadora de construção do pensamento social, remetendo com exclusividade a uma análise de classe, com base no recorte economicista, em detrimento “das dimensões sócio-culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero” (LISBOA, 2010, p.67).

No segundo ponto, realiza a crítica ao processo de institucionalização da profissão, trazendo ao exercício profissional a imersão em “relações hierárquicas onde predominam correlações de força, de dominação e de poder” (LISBOA, 2010, p. 67), evidenciando consequências diretas nos espaços e condições de trabalho do assistente social, também na relação com outras profissões. Ainda, faz uma crítica às entidades que assumiram um papel diretivo na organização dos espaços de discussão do saber profissional (na pesquisa e ensino em Serviço Social), ao que chama de perspectiva homogeneizadora da profissão, ao evidenciarem um pensamento único, desconsiderando as mediações com o cotidiano profissional.

Por fim, no terceiro ponto de análise, Lisboa (2010) faz a crítica ao denominado discurso técnico propagado por entidades, escolas e cursos de formação em Serviço Social, que na concepção da autora elege categorias centrais como a chamada “questão social” e a relação capital/trabalho como objeto para a análise da profissão, em detrimento de outros como os estudos de gênero, como sintetiza neste trecho: “é necessário inventar, reinventar uma nova forma de produzir conhecimento em Serviço Social a partir da afirmação da nossa identidade e a partir das demandas que surgem no cotidiano de nossas práticas que configuram a transversalidade de gênero” (LISBOA, 2010, p. 74).

Portanto, evidenciando a centralidade e importância desta discussão no cotidiano profissional, Lisboa (2015) avalia que mesmo sem desconsiderar que houve alguns avanços sinalizados desde a década de 1990, momento em que os Estudos Feministas se fortaleceram no Brasil e, várias áreas do conhecimento, incluindo o Serviço Social, estabeleceram efetivamente uma interlocução com os estudos feministas e de gênero, ainda hoje esta discussão é incipiente na área.

Na análise realizada por Dias (2014), com base na pesquisa de mestrado que



objetivou justamente analisar a produção realizada pela profissão sobre essa temática, ao pesquisar a distribuição dos temas levantados nos anais dos CBAS e ENPESS, no período de 2001 a 2013, aponta que quando os trabalhos discutem Serviço Social e sua relação com os estudos de gênero, se por um lado, dão ênfase às lacunas e a relevância desta discussão no processo de formação profissional, aliada à característica de feminização da profissão e a relação entre o projeto feminista e o projeto ético-político; por outro lado, a discussão volta-se para os desafios e experiências da atuação profissional, afirmando que

embora seja uma profissão eminentemente feminina e que atue majoritariamente com mulheres, tais questões, em termos quantitativos, nas discussões endógenas ao Serviço Social se apresentaram de maneira incipiente ao longo dos treze anos estudados. (DIAS, 2014, p. 118).

Tal cenário, também pode ser compreendido, considerando a tímida incorporação da temática de gênero como disciplina obrigatória nos currículos dos cursos de Serviço Social. A autora constata que das 31 Instituições de Ensino Superior – IES pesquisadas somente 6 (seis), apresentavam a disciplina de gênero em sua grade curricular obrigatória, convergindo com a análise realizada por Lisboa.

Por outro lado, ao aproximarmos a análise sobre os questionamentos tratados por Lisboa (2010; 2015) das discussões trazidas por Cisne (2004), apesar de encontrarmos convergências quanto ao pouco espaço que a temática apresenta na profissão, parece haver um distanciamento das autoras quanto às perspectivas de análise para a concepção de gênero na profissão. Para esta última,

os 'estudos de gênero', se voltados para um real compromisso com a emancipação das mulheres, não devem se limitar à categoria meramente analítica e descritiva, mas possuir um caráter político, que redunde em ações concretas transformadoras. Para tanto, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais, e nesta perspectiva, a marxista. (CISNE, 2004, p. 108).

A autora não traz questionamentos à centralidade do pensamento marxista, base de sustentação do atual projeto político profissional do Serviço Social brasileiro, mas sim a dimensão política que a discussão de gênero carrega, considerando que “mesmo diante das transformações ocorridas na profissão, ainda há concepções e reprodução de valores conservadores em torno das relações de gênero” (CISNE, 2004, p. 187), baseados na ideia de subalternidade das mulheres e das chamadas minorias. Nesta perspectiva, a luta das mulheres, como as outras lutas sociais,

estando associada à busca pela igualdade ‘substantiva’, não pode limitar-se ao esforço de equiparação com os homens. É preciso abolir as desigualdades de gênero e todas as desigualdades que a ela se encontram associadas e muitas vezes a determinam ou a



influenciam diretamente, como a desigualdade de classe, etnia e geração. (CISNE, 2004, p. 190).

Ainda, destacando que o caminho para avançarmos nesta problemática relaciona-se a luta feminista, uma vez que a profissão, ao carregar em seu bojo as marcas da opressão, subordinação e discriminação contra a mulher, retrata as marcas mais amplas desta subordinação historicamente representadas pelo movimento feminista, a autora demarca que “[...] faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora” (CISNE, 2004, p.98).

Por sua vez, partindo do entendimento que é relevante compreender as diferenças entre estas posições sobre o debate de gênero na profissão, para avançarmos na dissolução das amarras que permeiam esta discussão, Delgado, Tavares (2013), também pontuam as dificuldades na adoção da transversalidade de gênero na formação em Serviço Social, considerando sua presença incipiente e pontual nos currículos e a resistência de alguns docentes ao não levarem em conta a marca da “feminização” que a profissão expressa, interferindo na produção do conhecimento na área, também considerando a predominância de uma perspectiva androcêntrica no interior do pensamento profissional, já sinalizada por Lisboa (2010). Por outro lado, observa alguns avanços no atual Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e na ABEPSS, através da criação de Grupo de pesquisa específico³, ao incorporarem a questão de gênero, não obstante as polêmicas e resistências.

Um destes pontos de contraposição à importância da discussão de gênero na profissão, demarcado pela autora, seria a ideia de que a categoria gênero remete a perda de centralidade da discussão de classe na leitura sobre a realidade sobre a qual o Serviço Social se debruça, da mesma forma, a discussão de movimentos políticos sobre gênero e outras temas, como a questão étnico-racial passou a ser alvo de preocupação, considerando a uma possível pulverização das diferenças, o que poderia dificultar a formação de um sujeito coletivo. Contudo, a autora vai alertar para o fato de que

é na concretude da sociedade e de suas relações complexas que a lógica do capital opera, ou seja, em um tecido social consistente, no qual estão presentes múltiplas relações sociais pautadas na intersecção de construções sociais em torno do gênero, da etnia, da geração e tantos outros elementos. Desse modo, quando tocamos na questão expressa pelos aspectos de gênero da vida social, estamos querendo justamente mostrar indicadores que, no plano concreto, são fundamentais para explicarmos como a sociedade se reproduz e, contemporaneamente, como se reproduzem, nessa sociedade, a desigualdade e luta por direitos, inclusive, dentro de uma perspectiva de classe social. Não se trata, pois, de negar ou

³ Grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades, criado em dezembro de 2010 (QUEIROZ et al., 2014).



secundarizar a perspectiva de classe, mas de fornecer ângulos específicos para o seu entendimento mais concreto. (DELGADO, TAVARES, 2013, p.5).

A emergência da importância e visibilidade da discussão de gênero para a profissão aparece ainda na adoção do conceito de gênero por diversas instâncias e agências internacionais, muitas vezes, assim como em outras temáticas, numa perspectiva de focalização das políticas sociais a partir de parcerias público-privado, centrada na gestão das desigualdades para que o Estado possa reduzir os gastos com políticas e serviços sociais públicos em detrimento de políticas universais. Logo, suscitando “a necessidade de apropriação teórico-metodológica acerca do enfoque de gênero e o quanto é fundamental a incorporação desse debate no processo de formação e qualificação profissional” (DELGADO, TAVARES, 2013, p. 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece ponto pacífico entre os autores que nos propomos a debater, a necessidade de ampliar o lugar dado aos estudos de gênero no Serviço Social, objetivando o desvendamento das relações de gênero, não somente na leitura sobre as relações sociais junto aos sujeitos com os quais a profissão atua, mas, igualmente, na análise sobre a dinâmica que a questão de gênero assume na constituição da profissão e suas implicações no exercício profissional.

Desde o advento do movimento de Reconceituação⁴, tem-se um propalado debate a respeito de um processo de distanciamento entre teoria e prática profissional, associada a um crescente desinteresse entre os profissionais em exercício quanto à continuidade do seu próprio processo de formação, tendo entre as implicações a tendência ao distanciamento entre a prática profissional e a formação acadêmica. Na atualidade, os avanços da profissão não foram suficientes para superar esta questão, na medida em que se estabelece um reconhecido amadurecimento teórico crítico por vezes desconectado do campo de atuação profissional, em uma profissão fundamentalmente interventiva, causando dificuldades diversas para se pensar a profissão na atualidade.

⁴ O movimento de Reconceituação, como vimos, situa-se na profissão como “um marco para o Serviço Social latino-americano, principalmente por possibilitar aos assistentes sociais o reconhecimento da dimensão política de sua prática profissional, e o comprometimento – ainda que de alguns grupos de assistentes sociais – com os interesses dos setores populares” (OLIVEIRA, 2004, p.57).



Não obstante desta problemática, compreendemos que o debate proposto sobre a questão de gênero, seus questionamentos e possibilidades, pode nos auxiliar neste processo. Para avançar na aproximação com as dimensões que constituem o cotidiano profissional, partindo da natureza complexa a que nos remete a prática profissional, para além de um olhar amplo e crítico sobre a realidade social, por exemplo, na maneira como as diferentes políticas são construídas, entendemos ser fundamental o olhar sobre suas especificidades.

Esta compreensão é fundamental, desde que façamos o caminho de volta, de síntese, também sobre os limites observados a partir das discussões que nos fundamentam e das que nos aproximamos para decifrar a realidade em sua dinamicidade, como parte do processo de conhecimento e de apreensão da realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. L.; LOLE, A. Gênero, identidade e política: e agora, aonde vamos? **Revista Temporalis**, Brasília, n. 28, p. 79-94, jul.-dez. 2014.

CISNE, Mirla. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 202p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

DELGADO, J. A.; TAVARES, Márcia S. . Digressões para decifrar e transversalizar o gênero na formação em Serviço Social. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas-JOINPP, 2013, São Luis. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas-JOINPP, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/digressoesparadecifraretransversalizarogeneronaformacaoemservicosocial.pdf>> Acesso em agosto de 2016.

DIAS, D. N. **estado da arte sobre O gênero no serviço social**. Florianópolis, SC, 2014. p. 103-104.

LISBOA, T. K.. Feminismos, Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social. In: Marlene Teixeira Rodrigues. Maria Elaene Rodrigues (Organizadoras). (Org.). **Feminismo, gênero e sexualidade: desafios para o Serviço Social..** 1ed.Brasília: Editorial Abaré, 2015, v. 1, p. 73-100.

LISBOA, T.K.. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katálysis** .: Florianópolis, v.13, n.1, p. 66-75 jan./jun., 2010.



OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. **Formação profissional em Serviço Social**: “velhos” e novos tempos, ... constantes desafios In: Revista Serviço Social e Realidade, v.13, n.2. Franca: UNESP, 2004, p. 55-78.

QUEIROZ, Fernanda Marques de; IRINEU, Bruna Andrade; ÁLVARO, Mirla Cisne; LIMA, Rita de Lourdes. Grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. **Revista Temporalis**: Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

SIMÕES, P. e ZUCCO, L. Homens no serviço social: primeiras impressões. IN: **Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 25 - 41, jan-jun /2010.

SIMÕES, P. **Assistentes Sociais no Brasil**: um estudo a partir das PNADS. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. 194p.